



TEMPO EM CURSO



Publicação eletrônica mensal
sobre as desigualdades
de cor ou raça e gênero no mercado de
trabalho metropolitano brasileiro

Ano III; Vol. 3; nº 1, Janeiro, 2011

(criação dos conselhos municipais de igualdade racial)

Sumário

1. Apresentação
2. Criação dos conselhos municipais de igualdade racial
3. Rendimento habitual médio do trabalho principal
4. Taxa de desemprego

1. Apresentação

Com o presente número, o **LAESER** dá continuidade ao boletim eletrônico "Tempo em Curso", já em sua 15ª edição. A este respeito, pode ser também mencionada a satisfação com o fato de que esta publicação, com o presente número, está chegando em seu terceiro ano de edição.

Os indicadores desta publicação são os microdados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), divulgados, mensalmente, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em seu portal (www.ibge.gov.br), e tabulados pelo **LAESER** no banco de dados "Tempo em Curso".

A PME coleta informações sobre o mercado de trabalho das seis maiores Regiões Metropolitanas (RMs) brasileiras. Da mais ao Norte, para a mais ao Sul: Recife (PE), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS).

No que tange aos indicadores do mercado de trabalho, serão analisados os dados de evolução do rendimento médio do trabalho principal habitualmente recebido e da taxa de desemprego. Como de hábito, para ambos os indicadores, a análise verterá, inicialmente, sobre um intervalo de tempo de curto prazo (novembro de 2009 a novembro de 2010). Posteriormente, é realizada uma comparação para um intervalo de tempo mais longo, compreendido entre novembro de 2002 e novembro de 2010.

Neste número, será igualmente apresentado um pequeno estudo sobre a criação e a distribuição dos conselhos municipais de igualdade racial no território brasileiro. Estas informações foram obtidas da Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 2009, realizada pelo IBGE.

2. Criação dos conselhos municipais de igualdade racial (tabela 1 e gráfico 1)

Na presente seção, é analisada de forma sumarizada a criação de conselhos municipais de igualdade racial ou similares, no território brasileiro.

Se por um lado, os conselhos municipais são um importante instrumento de monitoramento, participação e controle social das políticas públicas por parte da população, por outro lado, quando se pensa em termos dos conselhos especificamente dedicados às políticas de igualdade racial, a existência de tais espaços corresponde ao próprio enraizamento daquelas ações no plano municipal, de certo modo aproximando-as potencialmente dos residentes de todo o Brasil. Assim, o estudo realizado diz respeito ao efetivo grau de capilaridade daquelas instâncias de gestão.

As informações deste estudo foram extraídas a partir da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), realizada no ano de 2009. A MUNIC é um levantamento anual realizado pelo IBGE na escala municipal. Além de dados sobre a estrutura e o funcionamento das instituições municipais, oferece importantes informações sobre os programas e a implementação das políticas públicas no nível local.

No ano de 2009, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais levantou informações sobre a existência e o funcionamento de vários conselhos municipais. No bloco de perguntas sobre direitos humanos, indaga-se sobre a existência dos conselhos municipais de igualdade racial: "O município possui Conselho Municipal de Igualdade Racial ou similar?", e em caso afirmativo: "Lei/ano de criação".

Em 2009, apenas 148 dos 5.565 municípios brasileiros registraram a existência de um conselho municipal de igualdade racial ou de um similar. Tal proporção equivalia a apenas 2,7% do total dos municípios instalados no território do Brasil naquele ano.

Naquele mesmo ano, o Sudeste era a macrorregião brasileira que apresentava a maior proporção de municípios (5,8%) com conselho municipal de igualdade racial instalado. Em termos proporcionais, em seguida, vinha a região Centro-Oeste (3,2%), e o Sul e o Nordeste, ambos com uma proporção de 1,2%. No Norte, apenas 0,2% dos municípios registrava a existência de um conselho municipal de igualdade racial ou similar.

Excetuando Brasília, o estado de Rio de Janeiro (14,1%) apresentava, proporcionalmente, o maior número de municípios que até 2009 tinha criado um conselho municipal de igualdade racial. Em seguida, vinham os estados de São Paulo (8,4%), Mato Grosso do Sul (6,4%), Mato Grosso (5,0%) e Maranhão (4,1%).

Em nove Unidades da Federação da região Norte e Nordeste (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Tocantins, Paraíba, Alagoas, Sergipe) não existia nenhum conselho municipal de igualdade racial instalado.

Chama também atenção o fato de que nestas duas regiões, onde reside uma importante parcela relativa da população brasileira que se autodeclara preta & parda, entre os estados que registraram a existência de um conselho municipal de igualdade racial, com exceção do Maranhão, da Bahia (1,9%) e de Pernambuco (1,1%), em todos os outros a proporção de municípios que criaram este tipo de conselho era inferior a 1,0%.

Desta forma, apesar da evidente importância dos conselhos municipais para um monitoramento das políticas públicas, apenas um restrito número de municípios no território brasileiro já se dotou de um mecanismo democrático de controle social das ações voltadas à igualdade racial.

De outro lado, deve ser salientado que importantes passos vêm sendo dados na última década, especialmente a partir da criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPPIR), neste último caso, através da Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003.

No gráfico 1, é possível observar o ano de criação dos conselhos municipais de igualdade racial ou seus similares no território brasileiro, de acordo com as informações extraídas da Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 2009.

Tabela 1. Existência do conselho municipal de igualdade racial ou similar, Unidades da Federação, grandes regiões, Brasil, 2009.

	Número de Municípios	% sobre o total de Municípios
Brasil	148	2,7
Norte	1	0,2
Rondônia	0	0,0
Acre	0	0,0
Amazonas	0	0,0
Roraima	0	0,0
Pará	1	0,7
Amapá	0	0,0
Tocantins	0	0,0
Nordeste	22	1,2
Maranhão	9	4,1
Piauí	1	0,4
Ceará	1	0,5
Rio Grande do Norte	1	0,6
Paraíba	0	0,0
Pernambuco	2	1,1
Alagoas	0	0,0
Sergipe	0	0,0
Bahia	8	1,9
Sudeste	96	5,8
Minas Gerais	26	3,0
Espírito Santo	3	3,8
Rio de Janeiro	13	14,1
São Paulo	54	8,4
Sul	14	1,2
Paraná	3	0,8
Santa Catarina	2	0,7
Rio Grande do Sul	9	1,8
Centro-Oeste	15	3,2
Mato Grosso do Sul	5	6,4
Mato Grosso	7	5,0
Goiás	2	0,8
Distrito Federal	1	100,0

Fonte: IBGE, microdados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais
Tabulações: LAESER

Gráfico 1. Ano de criação do conselho municipal de igualdade racial ou similar, Brasil, 1980-2009 (em número de municípios)



Fonte: IBGE, microdados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais
Tabulações: LAESER

O primeiro conselho foi instituído em 1980, na cidade de Rio de Janeiro. Até a promulgação da Constituição de 1988, apenas três conselhos de igualdade racial estavam em funcionamento (Barretos e Porto Feliz no estado de São Paulo, além de Rio de Janeiro). Na década de 90, foram criados mais 15 conselhos municipais. Mas foi na década de 2000 que o processo de organização dos conselhos municipais de controle e monitoramento das políticas públicas em igualdade racial ganhou intensidade.

O ano de 2003, que como já apontado foi o ano de criação do CNPIR, viu a formação de 18 conselhos municipais. Considerando o intervalo entre o ano de 2003 e de 2009, foram criados 112 conselhos municipais de igualdade racial. Desta forma, naquele período foram organizados 75,7% do total dos conselhos instalados até aquele momento.

Deste modo, se em todo o país apenas 148 municípios (2,7% do total) criaram até o ano de 2009 conselhos municipais de igualdade racial, parece promissor o fato que a instalação destes conselhos esteja se acelerando. É de se esperar que, futuramente, um número sempre crescente de municipalidades, influenciadas também pela presença de instâncias a nível federal, passem a instituir conselhos municipais de monitoramento das políticas públicas em prol da igualdade racial.

3. Rendimento habitual médio do trabalho principal (tabelas 2 e 3)

No mês de novembro de 2010, o rendimento médio do trabalho principal habitualmente recebido por parte da População Economicamente Ativa (PEA) de ambos os sexos residente nas seis maiores RMs brasileiras foi

igual a R\$ 1.516,73. Na comparação com o mês anterior, de outubro, ocorreu uma leve redução, em 0,8%. Já na comparação com o mês de novembro de 2009, o rendimento médio se elevou em 5,7%.

O rendimento médio habitualmente recebido pela PEA branca de ambos os sexos, em novembro de 2010, foi igual a R\$ 1.912,40. Já o rendimento médio da PEA preta & parda de ambos os sexos foi igual a R\$ 1.035,24.

Na comparação entre os meses de outubro e novembro de 2010, o indicador da PEA branca de ambos os sexos diminuiu em 1,6%, ao passo que o da PEA preta & parda se elevou em 0,4%. Já na comparação com novembro de 2009, os indicadores de ambos os grupos de cor ou raça registraram elevação. Na PEA branca, o aumento foi de 4,7%. Já a elevação do rendimento médio do trabalho principal da PEA preta & parda foi mais expressiva, em 10,0%.

Desta forma, as assimetrias de cor ou raça entre os rendimentos médios habituais do trabalho principal da PEA branca de ambos os sexos e da PEA preta & parda de ambos os sexos foram de 84,7% no mês de novembro de 2010. Vale salientar que foi o valor mais baixo desde o mês de julho de 2010. Na comparação entre outubro e novembro de 2010, a diferença entre os rendimentos dos trabalhadores brancos e pretos & pardos se reduziu em 3,8 pontos percentuais. Na comparação com o mês de novembro de 2009, a redução das assimetrias de cor ou raça foi de 9,3 pontos percentuais.

Ao analisar o comportamento do indicador desagregado também pelos grupos de sexo, observa-se que, na PEA branca e preta & parda, houve diferenças na

Tabela 2. Rendimento médio habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMs, Brasil, nov / 09 – nov / 10 (em R\$ - nov / 10, INPC)

	2009		2010										
	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Homens Brancos	2.112,23	2.081,07	2.120,37	2.155,37	2.155,08	2.156,86	2.113,54	2.083,18	2.167,66	2.238,55	2.254,18	2.241,32	2.173,86
Mulheres Brancas	1.494,38	1.486,12	1.503,44	1.518,59	1.530,25	1.531,98	1.496,96	1.517,58	1.537,02	1.519,53	1.563,10	1.593,72	1.601,09
Brancos	1.826,49	1.806,01	1.837,09	1.862,92	1.868,03	1.869,87	1.830,12	1.822,72	1.877,35	1.907,41	1.933,91	1.943,49	1.912,40
Homens Pretos & Pardos	1.072,09	1.075,99	1.072,37	1.096,04	1.096,52	1.096,75	1.107,14	1.120,99	1.126,80	1.146,97	1.163,44	1.171,03	1.184,26
Mulheres Pretas & Pardas	776,19	784,62	795,06	800,66	800,09	789,98	804,20	829,10	838,62	849,42	847,43	855,17	848,18
Pretos & Pardos	941,29	946,36	949,55	965,88	966,25	962,45	974,27	992,85	999,54	1.015,80	1.023,40	1.030,82	1.035,24
PEA Total	1.434,31	1.421,38	1.436,35	1.452,93	1.458,09	1.458,97	1.445,95	1.453,74	1.485,41	1.506,07	1.525,19	1.529,15	1.516,73

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

Tabela 3. Rendimento médio habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMS, Brasil, nov / 02 – nov / 10 (em R\$ - nov / 10, INPC)

	Novembro								
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Homens Brancos	2.034,10	1.764,63	1.833,05	1.846,86	1.904,68	1.984,96	2.084,33	2.112,23	2.173,86
Mulheres Brancas	1.412,79	1.196,71	1.248,78	1.294,62	1.349,76	1.365,55	1.442,59	1.494,38	1.601,09
Brancos	1.763,92	1.513,88	1.572,56	1.601,76	1.656,78	1.706,30	1.791,94	1.826,49	1.912,40
Homens Pretos & Pardos	966,00	857,93	865,50	887,36	947,07	987,68	1.022,62	1.072,09	1.184,26
Mulheres Pretas & Pardas	657,03	616,56	611,09	635,48	671,57	708,45	728,28	776,19	848,18
Pretos & Pardos	837,50	758,51	759,10	779,33	828,64	866,59	892,77	941,29	1.035,24
PEA Total	1.379,71	1.209,69	1.235,20	1.259,65	1.306,76	1.352,62	1.403,63	1.434,31	1.516,73

Nota 1: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada. Nota 2: Os dados dos anos 2006 e 2007 diferem levemente dos apresentados no portal do IBGE e poderão sofrer uma correção. Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

evolução dos rendimentos entre trabalhadores do sexo masculino e feminino.

Em novembro de 2010, na PEA do sexo masculino, o rendimento médio do trabalho principal habitualmente recebido em novembro de 2010 foi de R\$ 2.173,86, no caso dos trabalhadores brancos, e de R\$ 1.184,26, no caso dos trabalhadores pretos & pardos.

Em comparação ao mês anterior, ocorreu uma redução do indicador da PEA branca do sexo masculino de 3,0%. Já a PEA preta & parda do sexo masculino registrou uma elevação de 1,1%. Na comparação com o mês de novembro de 2009, ambos os contingentes registraram movimento de elevação (trabalhadores brancos, 2,9%; trabalhadores pretos & pardos, 10,5%).

Na PEA branca do sexo feminino, o rendimento médio do trabalho principal habitualmente recebido em novembro de 2010 foi de R\$ 1.601,09. Já o mesmo indicador da PEA preta & parda do sexo feminino foi igual a R\$ 848,18.

Na comparação entre outubro e novembro de 2010, o rendimento médio do trabalho principal das trabalhadoras brancas se elevou em 0,5%, ao passo que o mesmo indicador da PEA preta & parda sofreu uma redução em 0,8%. Na comparação anual, ou seja, entre novembro de 2009 e novembro de 2010, a PEA branca registrou um aumento de 7,1% no rendimento médio habitual. Já o indicador das trabalhadoras pretas & pardas se elevou em 9,3%.

No que tange ao movimento da assimetria de cor ou raça, no caso da população masculina, na comparação entre os meses de outubro e novembro de 2010, a diferença entre os rendimentos dos brancos e dos pretos & pardos se reduziu em 7,8 pontos percentuais. Já

na comparação entre novembro de 2009 e novembro de 2010, as diferenças se reduziram em 13,5 pontos percentuais. Vale salientar que as diferenças nos rendimentos em novembro de 2010 foram de 83,6%, o valor mais baixo da série estudada.

No contingente do sexo feminino, entre outubro e novembro de 2010, a diferença de remuneração da PEA branca em relação à PEA preta & parda aumentou em 2,4 pontos percentuais. Já entre novembro de 2009 e de 2010, as assimetrias de cor ou raça dentro deste grupo de sexo se reduziram em 3,8 pontos percentuais.

Portanto, a redução das assimetrias nos rendimentos entre a PEA branca e preta & parda, entre novembro de 2009 e de 2010, foi mais influenciada pelo movimento observado na remuneração dos trabalhadores brancos e pretos & pardos do sexo masculino.

Na comparação entre os meses de novembro de 2002 e novembro de 2010, observa-se que o rendimento médio do trabalho principal habitualmente recebido pela PEA metropolitana brasileira obedeceu a uma evolução positiva de 9,9%.

Na PEA branca de ambos os sexos, o indicador se elevou em 8,4%. Já a evolução positiva no rendimento médio habitualmente recebido pela PEA preta & parda de ambos os sexos foi mais expressiva: 23,6%. Desta forma, as assimetrias de cor ou raça no indicador declinaram de forma notória no período: em 25,9 pontos percentuais.

Entre os meses de novembro de 2002 e de 2010, o rendimento médio do trabalho principal habitualmente recebido da PEA branca do sexo masculino se elevou em 6,9%. Já o mesmo indicador da PEA preta & parda

masculina teve evolução real de 22,6%. Assim, no período considerado, a queda das assimetrias nos rendimentos dos trabalhadores brancos e pretos & pardos foi de 27 pontos percentuais.

Dentro daquele mesmo intervalo, a PEA branca do sexo feminino obteve elevação real no rendimento médio do trabalho principal habitualmente recebido em 13,3%. A evolução positiva registrada no mesmo indicador pelas trabalhadoras pretas & pardas foi de 29,1%. Assim, a redução das diferenças de rendimentos entre grupos de cor ou raça no contingente feminino foi igualmente notória, em 26,3 pontos percentuais.

4. Evolução da taxa de desemprego (tabelas 4 e 5)

No mês de novembro de 2010, a taxa de desemprego da PEA metropolitana brasileira de ambos os sexos foi de 5,7%. Este indicador foi o menor do ano, tendo declinado, pela primeira vez na série estudada, abaixo de 6%.

No mesmo mês, a taxa de desemprego da PEA branca

de ambos os sexos foi de 4,7%. Já o indicador apresentado pela PEA preta & parda de ambos os sexos foi igual a 6,9%. Assim como observado pela PEA metropolitana brasileira como um todo, para ambos os contingentes de cor ou raça foi a menor taxa de desemprego observada no ano.

Na comparação entre os meses de outubro e de novembro de 2010, o indicador declinou 0,5 ponto percentual, no caso da PEA branca de ambos os sexos, e 0,2 ponto percentual, na PEA preta & parda de ambos os sexos. Em comparação a novembro de 2009, a taxa de desemprego dos trabalhadores brancos de ambos os sexos se reduziu em 1,5 ponto percentual, ao passo que o indicador entre os trabalhadores pretos & pardos de ambos os sexos se reduziu em 1,9 ponto percentual.

Em novembro de 2010, a taxa de desemprego da PEA branca do sexo masculino foi de 3,8%. Entre os trabalhadores pretos & pardos do sexo masculino, o indicador foi de 4,9%. Para ambos os grupos, este indicador foi o menor observado desde novembro de 2009. No caso da PEA masculina branca, foi a primeira vez na

Tabela 4. Taxa de desemprego da PEA residente nas seis maiores RMs, Brasil, nov / 09 – nov / 10 (em % da PEA)

	2009		2010										
	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Homens Brancos	4,9	4,6	5,0	5,4	5,1	5,1	4,7	4,5	4,3	4,4	4,0	4,1	3,8
Mulheres Brancas	7,6	7,0	7,5	7,5	8,0	7,4	7,4	7,2	7,1	6,8	6,5	6,4	5,8
Brancos	6,2	5,7	6,2	6,4	6,5	6,2	6,0	5,8	5,6	5,6	5,2	5,2	4,7
Homens Pretos & Pardos	6,7	6,4	6,8	6,6	6,7	6,6	6,6	6,2	6,6	6,0	5,6	5,3	4,9
Mulheres Pretas & Pardas	11,2	10,2	10,5	10,8	11,5	11,0	12,4	11,3	10,9	10,7	9,7	9,4	9,3
Pretos & Pardos	8,8	8,1	8,5	8,5	8,9	8,6	9,2	8,5	8,5	8,1	7,5	7,1	6,9
PEA Total	7,4	6,8	7,2	7,4	7,6	7,3	7,5	7,0	6,9	6,7	6,2	6,1	5,7

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

Tabela 5. Taxa de desemprego da PEA residente nas seis maiores RMs, Brasil, nov / 02 – nov / 10 (em % da PEA)

	Novembro								
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Homens Brancos	8,0	8,4	6,7	6,2	6,9	5,3	4,9	4,9	3,8
Mulheres Brancas	11,2	12,9	11,8	9,5	9,7	8,5	8,3	7,6	5,8
Brancos	9,4	10,4	9,1	7,7	8,2	6,8	6,5	6,2	4,7
Homens Pretos & Pardos	11,1	11,6	9,9	9,5	9,0	7,9	6,9	6,7	4,9
Mulheres Pretas & Pardas	15,4	18,5	16,7	15,4	14,0	13,1	11,5	11,2	9,3
Pretos & Pardos	13,0	14,6	12,9	12,1	11,3	10,2	9,0	8,8	6,9
PEA Total	10,9	12,2	10,7	9,6	9,5	8,2	7,6	7,4	5,7

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

série que a taxa de desemprego atingiu um patamar inferior a 4,0%, assim como no caso da PEA masculina preta & parda, o indicador alcançou pela primeira vez um valor inferior a 5,0%.

Na comparação com o mês de outubro de 2010, a taxa de desemprego declinou 0,3 ponto percentual, para a PEA masculina branca, e 0,4 ponto percentual, para a PEA masculina preta & parda. Comparativamente ao mês de novembro de 2009, o indicador se reduziu em 1,1 ponto percentual, no caso dos trabalhadores brancos, e 1,8 ponto percentual, no caso dos trabalhadores pretos & pardos.

No mês de novembro de 2010, a taxa de desemprego da PEA branca do sexo feminino foi de 5,8%. A taxa de desemprego da PEA preta & parda do sexo feminino seguia maior do que as demais, chegando a 9,3%. Também nos contingentes femininos, este indicador foi o menor observado na série analisada. No caso das mulheres brancas, pela primeira vez a taxa de desemprego foi inferior a 6%. Já no caso das mulheres pretas & pardas, vale salientar que o indicador foi pelo terceiro mês seguido inferior a 10,0%.

Todavia, destaca-se que, comparativamente ao mês de outubro de 2010, a PEA preta & parda do sexo feminino experimentou, proporcionalmente, a menor redução na taxa de desemprego, em apenas 0,1 ponto percentual. O indicador das mulheres brancas declinou 0,6 ponto percentual. Comparativamente ao mês de

novembro de 2009, a redução na taxa de desemprego foi de 1,8 ponto percentual, no caso da PEA feminina branca, e 1,9 ponto percentual, no caso da PEA feminina preta & parda.

Na comparação entre novembro de 2002 e novembro de 2010, houve uma redução significativa da taxa de desemprego da PEA metropolitana brasileira, em 5,2 pontos percentuais.

No caso da PEA branca de ambos os sexos no período, se observou uma redução em 4,7 pontos percentuais. Em igual intervalo, o mesmo indicador da PEA preta & parda declinou 6,1 pontos percentuais.

Entre novembro de 2002 e novembro de 2010, a taxa de desemprego da PEA branca do sexo masculino declinou 4,2 pontos percentuais, e o mesmo indicador da PEA preta & parda masculina recuou em 6,3 pontos percentuais.

Naquele mesmo intervalo de tempo, no contingente feminino, a taxa de desemprego da PEA branca caiu 5,4 pontos percentuais, ao passo que o mesmo indicador da PEA preta & parda observou redução de 6,1 pontos percentuais.

Vale ainda salientar que, no intervalo entre 2002 e 2010, a taxa de desemprego do último ponto da série foi, em termos relativos, a menor para todos os grupos de cor ou raça e sexo estudados.

Tempo em Curso

Elaboração escrita

Profº Marcelo Paixão
e Irene Rossetto Giaccherino

Programação de indicadores estatísticos

Luiz Marcelo Carvano

Pesquisadora Assistente

Irene Rossetto Giaccherino

Bolsista de Graduação

Guilherme Câmara
(PIBIC -- CNPq)

Equipe LAESER / IE / UFRJ

Coordenação Geral

Profº Marcelo Paixão

Coordenação Estatística

Luiz Marcelo Carvano

Pesquisadores Assistentes

Cléber Julião
Irene Rossetto Giaccherino
Sandra Regina Ribeiro

Coordenação dos Cursos de Extensão

Azoilda Loretto
Sandra Regina Ribeiro

Bolsistas de Graduação

Danielle Oliveira (PBICT – CNPq)
Guilherme Câmara (PIBIC – CNPq)
Elaine Carvalho – Curso de Extensão (UNIAFRO)

Revisão de texto e copy-desk

Alana Barroco Vellasco Austin

Editoração Eletrônica

Maraca Design

Apoio

Fundação Ford



FORDFOUNDATION